Conjecturas

DOI: 10.53660/CONJ-2238-2W42

A dimensão da fome e da miséria dentro da sustentabilidade

The dimension of hunger and misery within sustainability

Wilson C. Santos[1], Cristina Moll Hüther[1], Vitor Francisco Ferreira[1]*

RESUMO

O objetivo desse trabalho é destacar e discutir a situação da dimensão "fome" dentro do contexto maior da sustentabilidade, sua evolução e aspectos relacionados com o Brasil, principalmente nos dias atuais, pois não há país, ou planeta sustentável, enquanto a fome e a miséria não forem erradicados. Também se busca destacar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborados pela ONU (Organização das Nações Unidas), que além de contemplarem diversas dimensões da sustentabilidade, destacam as questões da fome e da miséria. Surtos de insegurança alimentar podem ser causadas por influências climáticas extremas, mas nunca é culpa da improdutividade de pessoas. A fome epidêmica tem como responsáveis diferentes segmentos da sociedade, como as instituições que definem os modelos econômicos e os agentes políticos, dentre outros. A sustentabilidade é um fator-chave para a inovação que pode ser utilizada como base para avaliar o problema da fome no mundo, e a questão é indissociável de seus aspectos éticos.

Palavras-chave: Políticas públicas; Consumo sustentável; Insegurança alimentar; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

ABSTRACT

The objective of this work is to highlight and discuss the situation of the "hunger" dimension within the broader context of sustainability, its evolution and aspects related to Brazil, especially nowadays, since there is no country, or sustainable planet, while hunger and misery are not eradicated. It also seeks to highlight the Sustainable Development Goals (SDGs), prepared by the UN (United Nations), which in addition to contemplating various dimensions of sustainability, highlight the issues of hunger and misery. Outbreaks of food insecurity can be caused by extreme weather influences, but it is never the fault of people being unproductive. Epidemic hunger is responsible for different segments of society, such as the institutions that define economic models and political agents, among others. Sustainability is a key factor for innovation that can be used as a basis for evaluating the problem of hunger in the world, the issue is inseparable from its ethical aspects.

Keywords: Public policy; Sustainable consumption; Food insecurity; Sustainable Development Goals.

[1] Universidade Federal Fluminense
*E-mail: vitorferreira@id.uff.br

INTRODUÇÃO

Estranhamente, no rebento
cresce o ventre sem alimento,
um ventre entretanto baldio
que envolve só o vazio
e que guardará somente ausência
ainda durante a adolescência,
quando ainda esse enorme abdome
terá a proporção de sua fome.
João Cabral de Melo Neto, Morte e vida Severina, p.68

A definição mais comum para o termo sustentabilidade é a capacidade do sistema ambiental de atender às nossas próprias necessidades sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades (VERMA, 2019). Essa definição foi introduzida pela primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, em 1987, no Relatório Brundtland (KEEBLE, 1988).

A sustentabilidade é um tema atual e urgente que precisa da atenção da sociedade, governo e do setor privado, pois envolve a economia, ecológica e aspectos sociocultural. Os recursos naturais da terra são limitados e pertencem a todas as espécies que existem na natureza e cabe aos humanos respeitar. Porém, há uma percepção da maioria das pessoas de que a sustentabilidade está relacionada apenas às emissões de gases para a atmosfera como, por exemplo, o gás carbônico, causando o efeito estufa e que este é o único risco que o planeta está exposto, apesar do mundo estar mais quente com maior risco de catástrofes, uma cobertura de gelo reduzida, níveis do mar mais altos e um clima fora de controle.

Isto é um equívoco, pois os desastres extremos climáticos, como ondas de calor levando a incêndios devastadores, frio intensos, estiagens, tempestades, incêndios florestais, enchentes, deslizamentos, avalanches, nevascas e tornados que geram prejuízos bilionários e milhares de mortos e desabrigados estão diretamente relacionados com as múltiplas dimensionalidades da falta de sustentabilidade no planeta. Isso tudo está conectado com interdependência direta e com o crescimento da população mundial nas áreas rurais e urbana nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Esse crescimento, por muitas vezes desordenado, leva aos problemas de poluição água, solo e ar, além criar a necessidade de mais energia para impulsionar funcionamento de todas as cidades (FERREIRA, 2022a). Da mesma forma, se o consumo de recursos naturais seguir a taxa atual de consumo será necessário mais de um planeta de recursos para acomodar, e é implausível, pois ultrapassa o limite da sustentabilidade (ALEXANDER, 2012).

O cidadão, o Estado e a iniciativa privada são os agentes centrais que devem estar envolvidos na elaboração, gerenciamento e execução de qualquer empreendimento que envolva o uso dos recursos naturais. Tudo deve ser ajustado num plano eficiente de gestão, para manter o equilíbrio entre água, ar, solo, florestas, rios, lagoas, mangues e oceanos. Não adianta os agentes responsáveis pela governança estarem atentos apenas a um ecossistema em particular (ex. Amazônia), mas sim a todos os ecossistemas do planeta. Como o homem está no centro da era antropocênica, ele tem que pensar e fazer ações para manter uma cadeia ambientalmente sustentável. Se não forem tomadas ações concretas, como tem sido visto nas últimas décadas, elas serão consideradas apenas como enganação ou uma sustentabilidade "pintada de verde". A sustentabilidade exige a continuidade da vida das espécies e dos ecossistemas que as sustentam, ou seja, uma ampliação de nossas percepções de tempo (Figura 1).

Figura 1. Homem, meio ambiente e sustentabilidade.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A sustentabilidade não é um termo abstrato, pois há muitos indicadores para mensuração dos sistemas envolvendo os humanos e o meio ambiente num planeta em que tudo está conectado e interdependente. Ela é um grande guarda-chuva da sociedade e não deve ser encarada como se fosse uma previsão, mas como uma realidade e uma vivência cotidiana de todos (MAYER, 2008).

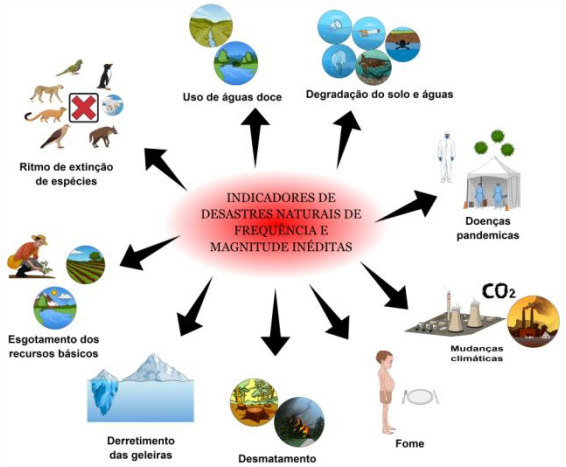
Muito recentemente, os agentes políticos mundiais se deram conta do problema da sustentabilidade, que começou na Revolução Industrial, apesar desse termo ser bastante antigo e ter sido alertado por muitos pensadores e cientistas, como Eugéne Huzar que previu em 1857: "*In one or two hundred years, cross-crossed by railways and steamships, covered with factories and workshops, the world will emit billions of cubic meters of carbonic acid and carbon oxide, and, since the forests will have been destroyed, these hundreds of billions of carbonic acid and carbon oxide may indeed disturb the harmony of the world*" (HUZAR, 1957).

O enfrentamento da questão da sustentabilidade no planeta, isto é, impacto ambiental existente, é um problema complexo devido as múltiplas variáveis que não podem ser tratadas de forma linear e sim integrada de modo que se leve em conta as complexidades, interdependências e incertezas do ambiente.

O mundo real depende muito do desenho da avaliação e de como as questões são enquadradas e isso requer o envolvimento da sociedade na formulação das questões e avaliação dos resultados. É também um processo comparativo que envolve diferentes cenários e a capacidade de modelar as influências dos diversos fatores, como as políticas públicas e ações da sociedade civil. Desta forma, surgem grandes desafios e dificuldades na governança efetiva em lidar com a natureza multifatorial e não linear, pois a humanidade tornou-se uma força geológica e as concepções dos mundos natural e social são postas em questão.

Algumas das multidimensões que precisam ser enfrentadas para se conseguir um ambiente sustentável estão representadas na Figura 2, pois os indicadores de desastres naturais são resultados das atividades dos humanos. É importante ressaltar, que esses indicadores são interdependentes e delineiam os principais aspectos de um planeta sustentável.

Figura 2. Principais indicadores para um planeta sustentável.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Importante salientar que nem tudo está incluído na Figura 2, em relação ao que se pode ser considerado na questão da sustentabilidade, pois a condição de vida decente, igualdade de gênero, educação, geração de energia limpa e renovável, cidades sustentáveis, plásticos biodegradáveis, alimentos limpos e isentos de pesticidas tóxicos,

saúde integral, tratamento do lixo, circulação dos rejeitos, etc., também devem ser considerados como dimensões da sustentabilidade, mas com perspectivas, condições agravantes e soluções diferentes.

O objetivo desse trabalho é destacar e discutir a situação da dimensão "fome" dentro do contexto maior da sustentabilidade, sua evolução e aspectos relacionados com o Brasil, principalmente nos dias atuais, pois não há país, ou planeta sustentável enquanto a fome e a miséria não forem erradicados. Também se busca destacar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborados pela ONU (Organização da Nações Unidas), que além de contemplarem diversas dimensões da sustentabilidade, destacam as questões da fome e da miséria.

METODOLOGIA

Buscando responder o objetivo dessa pesquisa, foi apresentado inicialmente uma revisão de autores e pesquisas em relação a sustentabilidade e usos dos recursos naturais e algumas das multidimensões que precisam ser enfrentadas para se conseguir um ambiente sustentável. Em seguida foi apresentado como ao longo dos anos a humanidade tem enfrentado a tarefa de prover a sua sobrevivência, bem como também, que a fome impõe um alto custo a qualquer país, no seu sistema de saúde, na economia, educação e meio social. Na sequência foi apresentado como assunto fome vem sendo tratado nas Conferências das Nações Unidas (ONU) e como é a situação da fome nos últimos anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alimentação para todos (Fome) e Condição de Vida Decente (Miséria)

A palavra fome no português tem diversas conotações relacionadas ao desejo ou necessidade aumentada de se alimentar. Em relação ao processo bioquímico de ingestão de alimentos é a sensação causada pela necessidade urgente de comer, grande apetite e apetência (MICHAELIS, 2022). Essa palavra deriva do Latim "*fames*" ou "*famis*" que significa fome, necessidade de comer, desejo violento, avidez (REZENDE e BIANCHET, 2014; DICIO, 2022). Segundo o dicionário Aurélio a origem vem do Latim da palavra "*fame*" e define como grande apetite, urgência de alimentos, subalimentação, penúria,

miséria (FERREIRA, 2009). O sinônimo de fome é penúria, desnutrição (falta de alimentos (AULETE, 2004), miséria, inópia, lazeira, míngua e subnutrição. Dessa palavra também derivam "*famelĭcus*" (faminto, esfomeado, famélico), *famŭlus* e família (conjunto de criados e escravos que viviam na mesma casa e, também gente, criadagem). O sítio de internet Wikepedia (2022), também diz que a palavra vem do Latim, mas com a origem "*faminem*" que é a sensação fisiológica pelo qual o corpo percebe que necessita de alimento para manter suas atividades inerentes à vida. Há divergências da palavra, mas em todas as definições ela está associada necessidade de extrema de comer, desnutrição, privação de comida, pobreza, miséria, penúria e, resumindo a desigualdade.

A fome é uma dor intensa que leva a tontura, fraqueza, tremor e outros sintomas desconfortantes. Ela é um processo biológico que foi feito para a sobrevivência das espécies. No entanto, ela não pode ficar por muito tempo e voltar periodicamente. Os extremos de ter fome ou não ter fome por longos períodos de tempos leva a doenças e morte. É difícil descrever essa situação sem nunca ter vivenciado ou sentido a fome. A fome é uma das mais perversas formas de desigualdade, pois afeta os mais vulneráveis da sociedade forma desigual (FERREIRA, 2022b). Como afirma o Prof. Josué de Castro "*um problema tão velho quanto a própria vida. Para os homens, tão velho quanto a humanidade. E um desses problemas que põem em jogo a própria sobrevivência da espécie humana, a qual, para garantir sua perenidade, tem que lutar contra as doenças que a assaltam, abrigar-se das intempéries, defender-se dos seus inimigos. Antes de tudo, porém, precisa, dia após dia encontrar com que subsistir - comer. E esta necessidade, é a fome que se encarrega de lembrá-la. Sob o seu ferrão e para lutar contra ela. a humanidade aguçou seu gênio inventivo. Ninguém o ignora*" (CASTRO, 1980). Deixar pessoas morrerem de fome é a maior miséria humana. Seguindo na mesma direção, Maria do Carmo Soares de Freitas descreve em "Agonia da Fome" – "*Falar deste tema é discorrer sobre uma modalidade de genocídio, uma realidade em que a cena da morte está predita pela falta material e destinada ao cotidiano extremado de pobreza e violência. Situada no umbral entre vida e morte, a fome é difícil de ser descrita e compreendida pelos que não a vivenciam*" (FREITAS, 2003).

Desde os primórdios da humanidade, o homem tem enfrentado a tarefa de prover sua sobrevivência com a caça e a coleta de produtos da natureza para satisfazerem sua necessidade de alimentos como proteínas, carboidratos e gorduras. Os caçadores-coletores, pessoas que viveram quase sem bens materiais, tinham menos tendência a

passar fome e a desnutrição, pois tinham tudo o que precisavam na natureza e uma dieta variada de fontes animais e vegetais. Conviveram por milhares de anos em equilíbrio com seu meio ambiente e sem destruir os recursos naturais (GOWDY, 2005). Com a passagem da situação de nômades caçadores-coletores para a fixação em aldeias com domesticação de animais e plantas. Esse foi início a revolução agrícola dos homens e começou a dependência de uma alimentação mais domesticada e mais restrita. Essa fixação em espaço físico definido estava sujeita a diversas intempéries naturais (incêndios, terremotos, secas e inundações), assaltos, saques e guerras.

Os desastres e as guerras causavam a fome, miséria, desnutrição e morte, mas que podia ser contornada com a volta caça e a coleta de alimentos da natureza. Sobre esse aspecto, Diamond tece do seguinte comentário - "*Arqueólogos demonstraram que os primeiros agricultores de muitas regiões eram menores e menos nutridos, sofriam de doenças mais graves e morriam, em média, mais cedo do que os caçadores-coletores que eles substituíram. Se esses primeiros fazendeiros pudessem prever as consequências da adoção da produção de alimentos, talvez optassem por não fazê-lo*" (DIAMOND, 2017).

As safras dos alimentos cultivados trouxeram mais abundância de alimentos e o aumento populacional, mas também começou a desigualdade pela exploração do trabalho pelas elites mais favorecidas (HARARI, 2017). O avanço para a sociedade pré-industrial e industrial agravou a exploração do trabalho, aumentou o abismo da desigualdade e piorou a dieta das pessoas, pois os ricos não trabalham para cultivar sua própria alimentação e, portanto, tinham mais conforto, menor risco de passar fome e uma expectativa de vida maior.

É vergonhoso para a humanidade conviver num planeta onde a pobreza/miséria e a fome estão espalhadas no mundo, em que o capital natural é saqueado pelo sistema capitalista, em nome do desenvolvimento e o lucro das grandes corporações. Surtos de insegurança alimentar podem ser causadas por influências climáticas extremas, mas nunca é culpa da improdutividade das pessoas. A fome epidêmica tem como responsáveis diferentes segmentos da sociedade, como as instituições que definem os modelos econômicos e os agentes políticos, entre outros.

A fome impõe um alto custo a qualquer país, no seu sistema de saúde, na economia, educação e meio social. Deveria ser uma prioridade para os governos, pois ela contribui para a desestabilidade política. Pessoas com fome não conseguem aprender ou produzir qualquer bem para si ou para o país. Nos países ricos a pobreza é relativa, onde

alguns são pobres em comparação com outros, que são ricos. No caso dos países pobres, onde a pobreza é absoluta, as pessoas não têm renda suficiente para atender suas necessidades básicas, de alimentos, água potável, roupas, abrigo, educação, energia, saneamento, medicamentos, serviços básicos de saúde e educação.

A fome tira a vida, a dignidade e até os direitos políticos das pessoas (SMITH, 2008). Esse estado de penúrias traz a pobreza absoluta que é a principal causa da miséria humana, sendo responsável pela desnutrição, vulnerabilidade às doenças, mortes por doenças simples, crianças morrendo pelo desenvolvimento infantil atrofiado e menor expectativa de vida. A fome não é uma questão exclusiva da pouca disponibilidade de alimentos, pois o mundo produz alimentos suficientes para alimentar todos no planeta e a população mundial está subnutrida consumindo menos do que as 2.100 calorias recomendadas por dia. Ela decorre da falta de renda (pobreza) para adquirir os alimentos e isso leva a fome e a miséria.

A insegurança alimentar pode ser agravada por guerras, conflitos e eventos climáticos extremos (secas e inundações) diminuindo a disponibilidade calórica especialmente entre os pobres, que são os mais vulneráveis a esses efeitos, pois causam danos nas áreas agrícolas. Porém, os fatores mais agravantes para a população mais vulnerável são: a desigualdade social, concentração de renda, queda do poder aquisitivo da população, poder e apropriação de terras (capital natural) (PENA, 2022), desacelerações econômicas, altos preços dos alimentos e a corrupção endêmica. Há dados na literatura que indicam que há relação entre as práticas de corrupção e a insegurança alimentar, pois a corrupção aumenta a insegurança alimentar, consequentemente afeta a expectativa de vida, prejudica a paz e a estabilidade (UCHENDU et al., 2015; NUGROHO et al., 2022).

A corrupção é um grande desafio para o desenvolvimento sustentável, pois o desvio dos recursos públicos tem efeito direto e indireto no crescimento dos países desenvolvidos e em desenvolvimento (SANTOS e FRAGA, 2020) e afeta diretamente a segurança alimentar. Ele é bastante deletério para as atividades econômicas e no estabelecimento de políticas públicas e, sem dúvida tem um impacto negativo na segurança alimentar (BAIN et al., 2013; NJANGANG et al., 2022).

Um destaque especial deve ser dado aos efeitos da pandemia do COVID-19 que foram muito severos e tornou o caminho para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Nº 2 (DG2) mais difícil para alcançar um desenvolvimento econômico inclusivo (FAO,

2022a). É mister considerar que a pandemia de Covid-19 tenha um grande efeito nos mercados de alimentos, tanto pelo atraso nos esforços para conter a transmissão da doença quanto pela crise econômica. Em realidade, a pandemia devastou sistemas de saúde e a economia em todo o mundo, gerando impacto direto, consequentemente, no aumento da fome no mundo. Logo, o impacto da pandemia COVID-19 provavelmente aumentará as pessoas desnutridas e a pobreza.

A palavra "fome" também é referida como insegurança alimentar, privação alimentar e como inanição, ou seja, o elegante termo "insegurança alimentar", e se subdivide em leve, moderada ou grave. A insegurança alimentar leve é a etapa antes de uma privação alimentar grave e eminente ao estado de fome. Do ponto de vista temporal, pode ser crônica ou temporária. A ONU e outras instituições usam esse termo em seus relatórios que, inicialmente, parece ser menos grave do que a palavra fome, para se referir situações em que o indivíduo não possui acesso físico, econômico e social aos alimentos de forma regular, satisfazendo as suas necessidades, bem como também para se referir ao coletivo de uma região ou país.

Em realidade a fome ou insegurança alimentar e as formas de desnutrição são termos muito semelhantes. Nenhum indivíduo diz – eu estou com insegurança alimentar grave - mas sim, eu estou com muita fome. A fome leva a desnutrição, que é um problema de saúde pública global, pois ela pode tornar-se rapidamente mortal, leva a maior prevalência de doenças já conhecidas que causam mau funcionamento do organismo em crianças (DJOUMESSI, 2022) e idosos (AMARYAet al., 2015; CORCORAN et al., 2019), desenvolvimento defeituoso das crianças (KAR et al., 2008), fraqueza nos adultos, desagregação do estado mental e menor expectativa de vida.

A história mostra que no Brasil, o flagelo da fome está associado a pobreza e a miséria extrema e que sempre estiveram juntas desde a formação do povo brasileiro (COUTINHO, 1988; VASCONCELO, 2005; SILVA, 2014). A trajetória da fome começou a partir chegada dos colonizadores europeus no continente americano e que trouxe o advento da escravidão e exploração dos índios e negros. Darcy Ribeiro relata – "*Quando da chegada de Mem de Sá como governador, a situação era crítica na Bahia, assolada pela epidemia e pela fome (1563-4). Os índios, rebelados contra os colonos, se negavam a plantar, acossados em terras mais para o interior*" (RIBEIRO, 1995). Com a colonização européia, começaram a pobreza e as desigualdades onde índio e,

posteriormente, os negros das senzalas eram objetos de propriedades dos senhores das Casas Grandes (FREYRE, 1998).

O estudo sistemático das condições alimentares no Brasil, desde a década de 1930, foi investigada por Josué de Castro que definiu a fome endêmica e de fome epidêmica para interpretar as causas da fome no nordeste brasileiro. A fome endêmica é a cotidiana, de não-crise, causada pela estrutura social, resultado da nossa desigualdade social e a fome epidêmica em um contexto de crise, coloca numa situação de fome uma parcela muito maior da população. Sobre este processo Fontana et al. comentam que "*similaridades e particulares em relação aos mesmos, ambos marcados pela acentuada presença da fome no território brasileiro*" (FONTANA et al., 2012). Os resultados da pesquisa de Josué de Castro foram publicados no clássico livro "Geografia da Fome" que posteriormente seguiu-se de outras publicações nessa mesma linha (CASTRO, 1957; CASTRO, 1961). Josué de Castro foi o cientista social que mais estudou o lado negroda fome (CASTRO, 1960) e divulgou para o mundo o tema proibido da fome no Brasil (CASTRO, 1984).

Dentro desse contexto, o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 divulgado em 08/06/2022 mostrou que no Brasil há cerca de 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer diariamente e a insegurança alimentar atinge 58,7% da população, ou seja, quase 6 em cada 10 famílias não têm comida garantida todos os dias. Neste contexto, é importante ressaltar, dado que sustentabilidade é um fator-chave para a inovação que pode ser utilizada como base para avaliar o problema da fome no mundo, a questão é indissociável de seus aspectos éticos. Portanto, é imperioso abordar o problema da pobreza e da fome a partir dos direitos humanos. A pobreza causa deficiência ao limitar o desenvolvimento humano; cria as condições para a violação dos direitos humanos; portanto, um quadro institucional e iniciativas sociais destinadas a proteger pessoas pobres devem ser estabelecidas. Tais iniciativas devem estar inseridas em programas educacionais, para estabelecer diretrizes que sejam incorporadas aos currículos como orientações transversais para poder tornar a sustentabilidade uma realidade social.

Há uma Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que foi estabelecida há muitos anos atrás e que usa indicadores bem estabelecidos. Essa é uma escala psicométrica, que avalia de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome

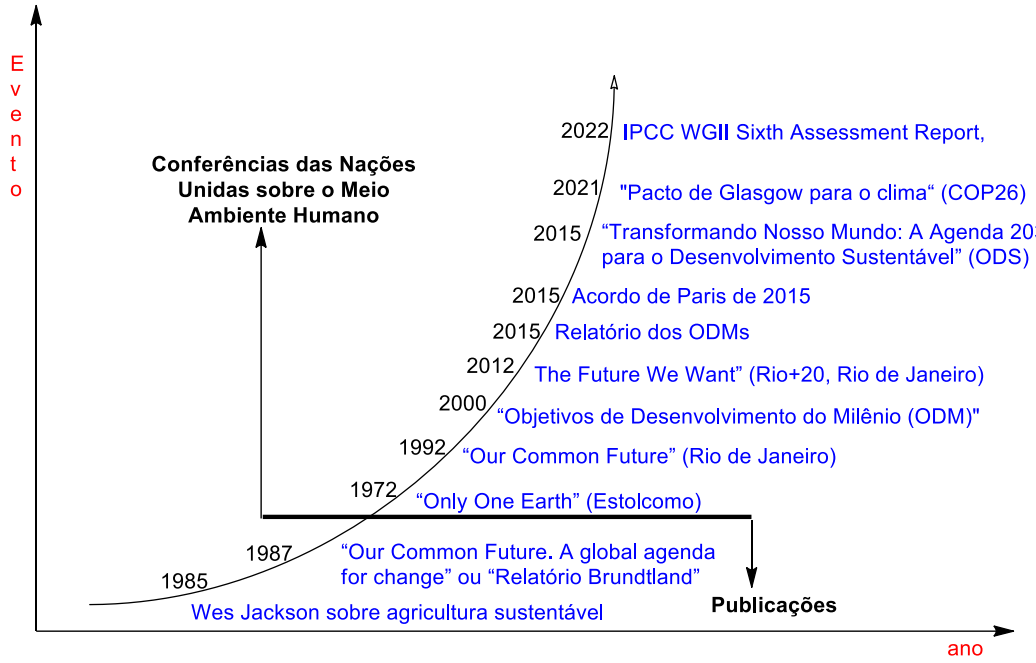
(SARDINHA, 2022). A escala EBIA utiliza 14 perguntas para estabelecer qual a situação de segurança ou insegurança alimentar que uma pessoa se encontra (ATHILA e LEITE, 2020; SEGALL-CORRÊA e MARIN-LEON, 2009).

Em termos de insegurança alimentar tem-se três situações: 1) insegurança alimentar leve - preocupação ou incerteza quanto o acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos; 2) insegurança alimentar moderada - redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos e 3) insegurança alimentar grave: redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

As Conferências das Nações Unidas (ONU) e a Fome

A preocupação com a sustentabilidade começa com o conceito de sustentabilidade de Wes Jackson sobre agricultura sustentável em 1985 (JACKSON, 1985). A evolução das Conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente e humano continua até os dias atuais, basicamente com a mudança nos prazos para se alcançar os objetivos. A Figura 3 mostra todas as iniciativas que foram lançadas com o objetivo de se alcançar a sustentabilidade do planeta e mudar oseu rumo.

Figura 3. Evolução das conferências da ONU sobre o meio ambiente.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir foi lançado o relatório – "*Our Common Future. A global agenda for change*" ou também conhecido como *"Relatório Brundtland"* (KEEBLE, 1988), em 27 abril 1987 escrito pela Médica e ex-Primeira-ministra da Noruega (1981, 1986–89, 1990-96) Sra. Gro H. Brundtland que na época já era líder internacional em desenvolvimento sustentável e saúde pública. Nesse relatório se desafiou a ignorância e a inadequação global da política dominante sobre o meio ambiente, pessoas pobres e vulneráveis, energias alternativas, recursos naturais, atividades industriais predatórias e a degradação do mundo em desenvolvimento.

A primeira conferência da ONU sobre o meio ambiente ocorreu 05 de junho de 1972, em Estocolmo, sobre desenvolvimento sustentável com o tema "*Only One Earth*". Os argumentos da delegação sueca para a realização dessa conferência foram: aumento da poluição industrial em grande escala; ameaça de radiação nuclear; destruição em massa de ecossistemas e crise ambiental global (GRIEGER, 2012).O resultado mais importante dessa reunião foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). É importante ressaltar que a então Primeira-Ministra da Índia, Sra. Indira Gandhi, destacou que a pobreza é a principal causa da degradação ambiental (GRIEGER, 2012).

Em 14 junho de 1992 houve outra reunião da ONU no Rio de Janeiro, que teve como tema "*Our Common Future*". Vários princípios nortearam essa reunião de líderes mundiais. Porém, o princípio mais importante foi o de Nº 1 – "Os seres humanos estão

no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Eles têm o direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza". Vinte anos depois da Rio-92 ocorreu uma outra reunião em 20-22 junho de 2012, no Rio de Janeiro, chamada de Rio+20, "*The Future We Want*". Essa reunião foi mais abrangente e estabeleceu que não há futuro para o nosso planeta sem uma sustentabilidade intensiva enquanto não houver a erradicação da pobreza e da fome com urgência e adicionalmente que deveria também haver respeito pela liberdade, paz e segurança, direitos humanos, igualdade de gênero, diminuir a desigualdades em todos os níveis, elevando os padrões básicos de vida, aumentar o crescimento econômico sustentável, produção alimentos, vacinas, educação, empregos e medicamento seguros. Assim, a fome aparece pela primeira vez nas recomendações dos países membros da ONU.

Durante a 55ª sessão da Assembleia Geral da ONU (6-8 de setembro de 2000), chamada de Cúpula do Milênio, com o tema "*The Future We Want*" em que se estabeleceu que, dentre outros temas, não há futuro para o nosso planeta sem uma sustentabilidade intensiva e enquanto não houver a erradicação da pobreza e da fome. Foram estabelecidas as metas do milênio com o apoio de 191 nações que ficaram conhecidas como os 8 "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)" (Tabela 1) (NU, 2022) com 21 metase 60 indicadores. No prefácio do Relatório dos ODMs o Secretário-Geral, Nações Unidas Ban Ki-Moon destacou: "*A mobilização global que apoiou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio resultou no movimento contra a pobreza com mais sucesso da história*".

Tabela 1. Descrição do Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

ODM	Descrição
1 -	Acabar com a fome e a miséria.
2 -	Oferecer educação básica de qualidade para todos.
3 -	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
4 -	Reduzir a mortalidade infantil.
5 -	Melhorar a saúde das gestantes.
6 -	Combater a Aids, a malária e outras doenças.
7 -	Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.
8 -	Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

Fonte das informações (ROMA, 2019; NU, 2022) tabela elaborada pelos autores.

As ideias que nortearam os oito grandes objetivos do milênio (ODM) desejavam que o mundo progredisse rapidamente rumo à eliminação da extrema pobreza e da fome do planeta, fatores que afetavam especialmente as populações mais pobres, dos países

menos desenvolvidos associados à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e cuidados com o meio ambiente, além de medidas para o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Em realidade, foi dado maior destaque ao ODM1 que trata da questão da fome da miséria)" (NU, 2022). O objetivo 1 é de "Erradicar a extrema pobreza e a fome" com três metas globais: 1) Até 2015, reduzir a pobreza extrema à metade do nível de 1990; 2) Até 2015, reduzir a fome à metade do nível de 1990 e 3) Até 2015, reduzir a pobreza extrema a um quarto do nível de 1990. O indicador que seria utilizado para medição da extrema pobreza as pessoas que vivem com menos de US$ 1,25 por dia ou US$ 38,00 por mês. Em algumas regiões, os impactos adversos podem resultar em níveis de pobreza semelhantes aos registrados há 30 anos atrás.

Em 25 de setembro de 2015, 193 países da ONU assinaram o documento "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Algumas das dimensões foram estabelecidas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas com 169 metas para cumprimento em 2030 utilizando os 232 indicadores (Figura 4).

Figura 4. Objetivos, metas e indicadores do Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cada país deveria ter uma governança capaz de acompanhar o cumprimento dos objetivos, metas e indicadores do desenvolvimento sustentável. No Brasil a implementação dos ODS foi instituída por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, que criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Em outubro de 2017 a CNODS publicou o seu Plano de Ação 2017-2019 para a nacionalização e adaptar indicadores globais à realidade brasileira (ODS, 2022). Para a Agenda Brasil 2030 foram consideradas pertinentes ao país 167 metas, 39 metas globais foram mantidas em seu formato original e 128 foram alteradas (ODS, 2022). O mais

preocupante é que desde 2018 nada mais avançou nesses itens nacionalizados, nem se sabe nada sobre CNODS e os relatórios anuais que deveriam ser entregues a ONU mostrando a evolução das metas.

Para exemplificar, destacamos na Tabela 2, como ficaram as metas estabelecidas para a ODS 1 no Brasil: *Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.* Apesar de todos os alertas de todas as agências ligadas a ONU (RGSAN, 2022), o mundo está numa situação muito diferente e a meta de acabar com a fome, a insegurança alimentar e todas as formas de desnutrição até 2030, não vai se concretizar, pois ainda haverá 669,1 milhões de pessoas com fome (FAO, 2022b). Essa previsão pode ainda ser maior (741 milhões), pois não levou em consideração os riscos potenciais da guerra na Ucrânia com a segurança alimentar global.

Tabela 2. Metas do Brasil para o ODS 1 estabelecidas pelo CNODS.

ODS 1: Metas Brasil	**Descrição da Meta**
Meta 1.1	Até 2030, **erradicar a pobreza extrema** para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de paridade de poder de compra (PPC) US$ 3,20 *per capita* por dia. A erradicação da pobreza extrema será atingida quando o percentual da população nesta condição estiver **abaixo de 3%.**
Meta 1.2	Até 2030, **reduzir à metade** a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na **pobreza monetária** e não monetária, de acordo com as definições nacionais. A linha de pobreza foi definida como PPC$ 5,50
Meta 1.3	Assegurar para todos, em nível nacional, até 2030, **o acesso ao sistema de proteção social**, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade. Pobres: pessoas com renda *per capita* inferior a PPC$ 5,50 por dia.
Meta 1.4	Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham **acesso a serviços básicos, novas tecnologias para produção, tecnologias de informação e comunicação**, serviços financeiros e segurança no acesso à terra e recursos naturais.
Meta 1.5	Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a **exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos** relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

Fonte das informações em RGSAN (2022) e tabela elaborada pelos autores.

Desde 2018, não há nenhuma governança sobre essa Agenda Brasil 2030 e os movimentos para enfrentar as múltiplas dimensões da sustentabilidade vêm de ações do terceiro setor, mercado (segundo setor, empresas), ao invés de vir dos formuladores de

políticas (primeiro setor). Adicionalmente, o planeta vive um dos seus momentos mais conturbados das últimas décadas. A pandemia impactou toda economia mundial, aumentou a fome e a miséria e matou milhões de pessoas. Os conflitos continuam afetando economia global com a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e a guerra comercial entre EUA e a China. Considerando esses cenários, certamente, a Agenda Brasil 2030 terá um desempenho pífio.

Situação da Fome nos Últimos Anos

Em 2010, foi promulgado Brasil o Decreto nº 7.272, criando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, cujo teor principal é dar segurança alimentar e nutricional como "*acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base em práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis*" (DOU, 2010). Atualmente, pelos dados apresentados por diversas agências internacionais sobre a insegurança nos anos atuais no Brasil, e no mundo, é possível concluir que esse decreto acabou não se concretizando.

Em 6 de julho de 2022, cinco agências das Nações Unidas lançaram a edição 2022 do relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo". O relatório aponta que a fome continua em crescimento em todo o mundo nos últimos anos. Essa situação dramática não está perto de melhorar principalmente na África e América Latina. O número de pessoas afetadas pela fome globalmente subiu para 828 milhões em 2021, com um aumento de cerca 150 milhões desde o início da pandemia de COVID-19 (NUB, 2022).

No ano de 2021, 29,3% da população global (2,3 bilhões de pessoas) estavam em insegurança alimentar moderada ou grave, o que significa que não tiveram acesso à alimentação adequada (Tabela 3). Embora, entre 2020 e 2021, o número de pessoas que permanece, tenha se mantido, ainda assim, mais de 350 milhões de pessoas estavam em insegurança alimentar, moderada ou grave, em 2021 em comparação com 2019, ano que iniciou a pandemia de COVID-19. Isso pode indicar que a pandemia teve efeito e colocou ainda mais pessoas na insegurança alimentar no mundo.

Tabela 3. Situação da insegurança alimentar no mundo.

Ano	%*	%#	%Total&	%Total$	%Total$^{\theta}$	%Total$^{\varrho}$	%Total$^{\pi}$
2014	**7,7**	**9,3**	**21,2**	**9,3**	**44,4**	**17,6**	**24,6**
2016	**13,4**	**16,1**	**22,7**	**8,7**	**49,7**	**17,7**	**31,0**
2018	**7,9**	**10,9**	**25,0**	**7,6**	**51,3**	**21,1**	**31,4**
2019	**14,8**	**18,6**	**25,4**	**7,1**	**52,4**	**21,3**	**31,7**
2020	**9,0**	**11,7**	**29,5**	**7,8**	**56,0**	**25,8**	**39.5**
2021	**16,0**	**17,6**	**29,3**	**8,0**	**57,9**	**24,6**	**40,6**

*Insegurança alimentar grave no mundo; #Insegurança alimentar moderada no mundo; &Insegurança alimentar grave + moderada no mundo; $Insegurança alimentar grave + moderada na América do Norte e Europa; $^{\theta}$ Insegurança alimentar grave + moderada na África; $^{\varrho}$Insegurança alimentar grave + moderada na Asia; $^{\pi}$Insegurança alimentar grave + moderada na América Latina. Fonte das informações FAO (2022b) e elaborado pelos autores.

Chama a atenção a enorme diferença entre a insegurança alimentar na América do Norte/Europa, África e América Latina. Em 2021, 8,0% da população da América Norte e Europa apresentavam insegurança alimentar moderada ou grave bem abaixo da média mundial. Enquanto na África a insegurança alimentar moderada ou grave estava bem acima da média mundial e alcançou o número absurdo de 57,9% da população do continente africano. Na América Latina e no Caribe também esteve acima da média mundial. A insegurança alimentar moderada ou grave da população piorou e alcançou 40,6% das pessoas se encontram nessa situação.

No Brasil, a prevalência da insegurança alimentar moderada e grave na população total cresceram significativamente entre os períodos 2014-2016 e 2019-2021 indicando que país voltou ao mapa da fome mundial. O relatório aponta que posição do Brasil na insegurança alimentar moderada ou grave na população total na América do Sul não é a pior. Ela está acima do Chile (17,4%), Uruguai (23,0%) e Paraguai (25,3%). Não havia dados disponíveis para a Venezuela. A Tabela4 (dados retirados do relatório da ONU) mostra que a prevalência de insegurança alimentar grave em relação à população total aumentou de 1,9% (3,9 milhões de pessoas entre 2014 e 2016) para 7,3% (15,4 milhões pessoas entre 2019-2021). A prevalência de insegurança alimentar moderada ou severa na população total passou de 18,3% (37,5 milhões de pessoas entre 2014-2016) para 28,9% (61,3 milhões de pessoas entre 2019-2021) (FAO, 2022b). O relatório também apontou que o número de pessoas desnutridas entre em 2005 era de 805,5 milhões, mas caiu para 573,3 milhões e subiu para 767,9 em 2021 (FAO, 2022b).

Tabela 4. Prevalência de insegurança alimentar no Brasil em relação à população total.

Períodos	% do Total da população com insegurança alimentar grave Brasil	% do Total da população com insegurança alimentar moderada no Brasil

2014-2016	1,9 (3,9 milhões)	18,3 (37,5 milhões)
2019-2021	7,3 (15.4 milhões)	28,9 (61,3 milhões)

Fonte das informações NUB (2022) e tabela elaborada pelos autores.

Alguns poderiam argumentar que esse é um reflexo direto da pandemia de COVID-19 que aumentou o desemprego e a pobreza. No entanto, a produção de alimento no Brasil aumentou significativamente nos últimos anos conforme amplamente divulgado nos dados dos agronegócios. Porém, a maioria dos produtos agrícolas do Brasil vai para exportação (ex. soja) e não para alimentação da sua população, ou seja, não necessariamente são transformadas em alimento para consumo humano (SOUZA, 2022). O Brasil é o maior produtor de proteínas do mundo e a sua população tem um alto número de pessoas em situação de insegurança alimentar e subnutridas.Certamente, o desemprego diminuiu a renda da população e aumentou risco de insegurança alimentar (VALADARES, 2022). Paralelamente, o preço dos alimentos aumentou (continua aumentando) impedindo uma alimentação em quantidades mínimas de 2100 calorias/dia pelos mais pobres.

O aumento da fome também é reflexo da extinção de políticas públicas estruturadas contra o combate à fome. Essa falta de políticas públicas começou a ser instituída em janeiro de 2019, pelo Governo Federal, com a extinção Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Esse era um órgão consultivo da presidência brasileira composto por representantes do governo e da sociedade civil, que durante seus anos de existência (1993-2019) desempenho papel importante. No primeiro dia de mandato, o presidente assinou medida provisória que retirou, entre outros poderes, a autonomia do CONSEA de convocar conferências nacionais com foco na segurança alimentar e nutricional (SAN). Alterou também a composição do CONSEA e revogou a atribuição do conselho de acompanhar, articular e monitorar a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CASTRO, 2019; AVELINO e REIS, 2022).

Walter Belik, um dos criadores do Programa Fome Zero brasileiro critica o desmonte da rede de segurança alimentar que iniciou em janeiro de 2019 pelo governo então recém-eleito (PETROPOULEAS, 2022). Segundo o Prof. Belik o governo conduz uma política deliberada de desmonte das iniciativas contra a fome no país. Cenas observadas em 2021, como pessoas buscando ossos e carcaças para se alimentar e os diversos protestos contra a fome, não podem ser creditadas só à crise provocada pela pandemia.

Essa afirmação de que a fome (insegurança alimentar) no Brasil aumentou devido ao desmonte da rede de segurança alimentar também é corroborada pelo IPEA no Sumário executivo 2763 de abril de 2022 que analisou as contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Esse programa é uma política pública que utiliza o poder de compras do Governo Federal para promover o fortalecimento da agricultura familiar e combater a insegurança alimentar e nutricional no Brasil. Resumidamente, o relatório executivo do IPEA conclui: "*Foi observada, porém, uma drástica redução das aquisições do programa ao longo do período analisado, o que pode comprometer a sua capacidade de gerar benefícios. No geral, as aquisições sofreram uma redução de 82,8%, passando de 492,1 milhões de quilos em 2011 para 84,8 milhões de quilos em 2019. Esta redução na quantidade de produtos decorreu da elevada diminuição dos recursos aplicados, que reduziu de R$ 1,04 bilhão em 2011 para R$ 181,05 milhões em 2019*" (SAMBUICHI et al., 2022). Em outra pesquisa recente, o IPEA utilizando os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e da PNAD Contínua mostrou agravamento da insegurança alimentar no país. Entre 2004 e 2013 a trajetória dos indicadores para a insegurança alimentar moderada e grave de segurança alimentar foi decrescente para as áreas urbana e rural. No entanto, em 2018 já havia uma reversão de tendência com a redução dos indicadores de segurança alimentar e aumento da insegurança alimentar em suas três modalidades. O estudo mostrou que os índices de segurança alimentar retrocederam aos patamares similares aos de 2004 (VALADARES, 2022).

Recentemente, outro importante relatório relativo à insegurança alimentar no mundo foi produzido e publicado por 17 organizações humanitárias internacionais sob a coordenação da Rede de Informação de Segurança Alimentar (FSIN). Dentre muitas informações mostradas no Relatório Global sobre Crises Alimentares (GRFC) de 2022, destacou-se o fato de as causas da crise alimentar mundial estavam relacionadas a conflitos, condições climáticas extremas e choques econômicos, incluindo COVID-19. Os dados mostraram que, em 2021 ainda havia cerca de 193 milhões de pessoas com insegurança alimentar grave em 53 países/territórios e que a quantidade de pessoas em situação de fome crítica extrema continua crescendo a cada ano, superando todos os recordes anteriores, com exceção do ano de 2018 (Tabela 5) (WFP, 2022).

Tabela 5. Número de pessoas com insegurança alimentar grave em milhões desde 2016.

Ano	Pessoas com fome crítica extrema (milhões)

2021	193
2020	155
2019	135
2018	113
2017	124
2016	108

Fonte das informações WFP (2022) e elaborado pelos autores.

Com pesar, constata-se que quase que dobrou o número de pessoas que entraram no mapa da fome entre 2016-2021, sendo que de 2020 para 2021 foram cerca de 38 milhões de pessoas. Em 2021, 570.000 pessoas (Fase 5, que é definida no relatório como "As famílias têm uma extrema falta de alimentos e/ou outras necessidades básicas, mesmo após o pleno emprego de estratégias de sobrevivência. A fome, a morte, catástrofe/destituição e níveis extremamente críticos de desnutrição agudos, são evidentes para as pessoas que enfrentaram a situação extrema de fome (Etiópia, Sudão do Sul, sul de Madagáscar e Iémen) e esse é o maior número na história do Relatório Global sobre Crises Alimentares.

O relatório destaca que 236,2 milhões de pessoas, em 41 países, têm um consumo alimentar minimamente adequado, mas são incapazes de arcar com algumas despesas essenciais não alimentares (Fase 2). O Brasil não aparece em nenhuma situação de fome nesse relatório de 2022 cujos dados reflete o ano de 2021. A previsão para 2022 (janeiro-junho) é de que o número de pessoas que enfrentam altos níveis de insegurança alimentar aguda permaneça o mais alto, ou seja, 25,88 milhões de pessoas estarão em crise ou pior.

CONCLUSÕES

A pobreza ademais de estar associada a insuficiência de renda, saúde e educação, também priva as pessoas de dignidade, oportunidades e de se desenvolverem, além de não terem autonomia como humanos. A pobreza global aumentou pela primeira vez desde 1990 e com uma reversão de aproximadamente uma década na redução da pobreza. Em algumas regiões, os impactos adversos podem resultar em níveis de pobreza semelhantes aos registrados há 30 anos atrás.

O Brasil está de volta no mapa da fome, pois a pobreza extrema deve atingir 33 milhões de pessoas no país que é capaz de produzir 1/6 da quantidade de alimentos para o mundo. A política dos países, o mercado global, o lucro infinito, as ideologias perversas e os descasos com os cidadãos mais vulneráveis sempre minaram a própria sobrevivência dos humanos. A aniquilação do meio ambiente em que vivem, ou seja, um planeta que

outrora era robusto se tornou doente, pois a prioridade dos humanos passou para segurança econômica, segurança militar e guerras acima dos danos ambientais, ruptura do tecido social, tratamento injusto, miséria, fome e migração forçada. Nessa situação em que as dimensões da fome e da miséria, dois importantes pilares da sustentabilidade, estão retrocedendo para níveis alarmante e para piorar a situação, estão associadas aos eventos climáticos extremos. Finalmente, parafraseando o antropólogo Darcy Ribeiro que em 1995 tentou explicar o que estava acontecendo com a fome no Brasil (RIBEIRO, 1995) "*O que nos falta hoje é maior indignação generalizada em face de tanto desemprego, tanta fome e tanta violência desnecessárias, porque perfeitamente sanáveis com alterações estratégicas na ordem econômica. Falta mais, ainda, competência política para usar o poder na realização de nossas potencialidades*".

Agradecimentos

Agradecemos a bolsa de produtividade concedida para Ferreira, V. F. pelo CNPq. O apoio financeiro foi concedido pela FAPERJ nos projetos E-26/010.101106/2018, E-26/010/00168/2015 (Pensa Rio), E-26/202.800/2017, SEI-260003/001178/2020 (temático).

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, S. **Degrowth implies voluntary simplicity**: overcoming barriers to sustainable consumption. Feb. 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2009698. Acessado em: 28 Julho 2022.

AMARYA, S.; SINGH, K.; SABHARWAL, M. Changes during aging and their association with malnutrition. **Journal of Clinical Gerontology and Geriatrics**, v.6, p.78-84, 2015.

ATHILA, A.R.; LEITE, M.S. "A medida da fome": as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. **Caderno Saúde Pública**, v. 36, e00208019, 2020.

AULETE, C. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. N. Fronteira, 2004, 387p.

AVELINO, D.; REIS, V. **Extinção do Consea**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/destaques/161-noticias-destaques-grande/1796-extincao-do-consea. Acessado em: 16 julho 2022.

BAIN, L.E.; AWAH, P.K.; GERALDINE, N.; KINDONG, N.P.; SIGAL, Y.; BERNARD, N.; TANJEKO, A.T. Malnutrition in Sub-Saharan Africa: burden, causes and prospects. **Pan African Medical Journal**, v.15, p.120, 2013.

CASTRO, I.R.R. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.

CASTRO, J. **Ensaios de geografia humana**. Brasiliense: São Paulo, 1957, 282p.

CASTRO, J. **Fome, tema proibido**: Últimos escritos de Josué de Castro. 2ª ed. Editora Vozes, Petrópolis, 1984. 154p.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. O Dilema Brasileiro: Pão ou Ação. 10a ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1980.

CASTRO, J. **Geopolítica da fome**. 6a ed., Brasiliense: São Paulo, 1961, 527p.

CASTRO, J. **O livro negro da fome**. Brasiliense: São Paulo, 1960. 171p.

CORCORAN, C.; MURPHY, C.; CULLIGAN, E.P.; WALTON, J.; SLEATOR, R.D. Malnutrition in the elderly. **Science Progress**. v.102, p.171-180, 2019.

COUTINHO, A. O. N. Alimentação do brasileiro: uma visão histórica. **Revista Saúde Debate**, v. 13, p.32-92, 1988.

DIAMOND, J. **Armas, germes e aço**. 19ª Edição, Editora Record, 2017, 104p.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Fome. Disponível em: https://www.dicio.com.br/fome/. Acessadoem: 17 junho 2022.

DJOUMESSI, Y.F. The impact of malnutrition on infant mortality and life expectancy in Africa. **Nutrition**. v.103–104, p.111760, 2022.

DOU - **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Diário Oficial da União, 2010.

FAO - **The State of Food Security and Nutrition in the World** (SOFI), 2022. Rome, FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO. 41p.; 49p.; 144p (Tabela A1.1). Disponível em: https://www.fao.org/publications/sofi/2022/en/. Acessadoem: 14 agosto 2022b.

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World**. 2021. Disponível em: https://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition. Acessado em: 19 julho 2022a.

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4ª edição, 2009.

FERREIRA, V. F. Fome, miséria e sustentabilidade. **Jornal da Ciência**, v.6944, p.27, 2022b.

FERREIRA, V. F. Química para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Virtual de Química**, v. 14, p. 317-318, 2022a.

FONTANA, C.; NOAL, R.E.; PITANO, S.C. Da fome epidêmica e endêmica a insegurança alimentar no Brasil: uma aproximação entre a geografia da fome e os dados da PNAD 2004. **Geografia**, v. 37, p.67-80, 2012.

FREITAS, M.C.S. **Agonia da Fome**. Rio de Janeiro:Fiocruz, 2003, 12p. (280p).

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**. 34ª ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 1998.

GOWDY, J. **Hunter-gatherers and the mythology of the market.** 2005. Disponível em: https://usa.anarchistlibraries.net/library/john-gowdy-hunter-gatherers-and-the-mythology-of-the-market. Acessadoem: 22 de julho de 2022.

GRIEGER, A. **Only One Earth**: Stockholm and the Beginning of Modern Environmental Diplomacy. Environment& Society Portal. Arcadia, n. 10,2012. Disponível em: https://arcadia.ub.uni-muenchen.de. Acessado em: 14 agosto 2022.

HARARI, Y.N. **Sapiens-Uma Breve História da Humanidade**. Ed. P&PM, 24ª ed. 2017, 89p.

HUZAR, E. **L'Arbre de la science**. Paris: Dentu, 1857, 106p.

JACKSON, W. **Toward sustainable agriculture**. The Trumpeter, v. 2, p.6-11, 1985.

KAR, B.R.; RAO, S.L.; CHANDRAMOULI, B.A. Cognitive development in children with chronic protein energy malnutrition. **Behavioral and Brain Functions**, v.4, p.31, 2008.

KEEBLE, B. R. **The Brundtland report**: "Our common future". Medicine and War, v. 4, p.17-25, 1988.

MAYER, A.L. Strengths and weaknesses of common sustainability indices for multidimensional systems. **Environment International**, v.34, p.277-291, 2008.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fome/. Acessado em: 17 junho 2022.

NJANGANG, H.; ASONGU, S.; MOUCHILI, E. Does CorruptionStarve? An African Perspective. **European Xtramile Centre of African Studies** WP/22/022. 2022, 34p.

NU- Nações Unidas. **Relatório sobre os objetivos do milênio**. Disponível em: http://abm.org.br/ods/wp-content/uploads/2017/10/Relatorio-sobre-os-Objetivos-do-Milenio-2015.pdf. Acessado em: 14 agosto 2022.

NUB – **Nações Unidas Brasil**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/189062-numero-de-pessoas-afetadas-pela-fome-sobe-para-828-milhoes-em-2021. Acessadoem 15 de julho de 2022.

NUGROHO, A.D.; CUBILLOS T.J.P.; BOPUSHEV, S.T.; BOZSIK, N.; FEHÉR, I.; LAKNER, Z. Effects of Corruption Control on the Number of Undernourished People in Developing Countries. **Foodsv** v.11, p.924, 2022.

ODS - **Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Proposta de Adequação**. Ipea, 2018. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8636/1/Agenda%202030%20ODS%20Metas%20Nac%20dos%20Obj%20de%20Desenv%20Susten%202018.pdf. Acessado em: 28 de julho de 2022.

PENA, R. F. A. "**Josué de Castro**". Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/josue-castro.htm. Acessado em: 15 de julho de 2022.

PETROPOULEAS, S. **Volta do Brasil ao Mapa da Fome é retrocesso inédito no mundo, diz economista.** Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml. Acessado em: 16 de julho de 2022.

REZENDE, A.M.; BIANCHET, S.B. **Dicionário do Latin Essencial**, 2ª edição. 2014.

RGSAN - **Relatório Global Sobre Segurança Alimentar e Nutrição**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/188877-agencias-da-onu-lancam-relatorio-global-sobre-seguranca-alimentar-e-nutricao. Acessado em: 15 de julho de 2022.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 1ª ed., SP, 1995, p.14.

ROMA, J.C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência & Cultura**, v.71, 2019.

SAMBUICHI, R.H.R.; MOURA, I.F.; MACHADO, J.G.; PERIN, G. **Contribuições do programa de aquisição de alimentos para a segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Disponível em: http://dx.doi.org/10.38116/td2763. Acessado em: 14 agosto 2022.

SANTOS, H.C.Z.A.; FRAGA, G.J. Corruption, production structure and economic development in developing countries. **CEPAL Review**, v.130, p.63-86, 2020.

SARDINHA, L.M.V. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar** – EBIA. Brasília: Estudo Técnico 1, 2014. Disponível em: https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf. Acessado em: 14 agosto 2022.

SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARIN-LEON, L. **A segurança alimentar no Brasil**: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional, v.16, p.1-19, 2009.

SILVA, S.P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional:** projetos, descontinuidades e consolidação. IPEA, 2014.

SMITH, P. **Global Poverty**. In: Moral and Political Philosophy. PalgraveMacmillan, London. p.45-57, 2008.

SOUZA, V. **Recordes no agronegócio e aumento da fome no Brasil: como isso pode acontecer ao mesmo tempo**? Disponível em:https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/08/11/recordes-no-agronegocio-e-aumento-da-fome-no-brasil-como-isso-pode-acontecer-ao-mesmo-tempo.ghtml. Acessado em: 16 de julho de 2022.

UCHENDU, F.N.; ABOLARIN, T.O. Corrupt Practices Negatively Influenced Food Security and Live Expectancy in Developing Countries. **Pan African Medical Journal**, v.20, p.110, 2015.

VALADARES, A. Perfil da população rural na pesquisa de orçamentos familiares de 2017 a 2018 e a evolução dos dados de insegurança alimentar: Uma análise preliminar. **Nota Técnica IPEA**, n.100, 2022.

VASCONCELO, F.A.G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, v.18, p.439-457, 2005.

VERMA, K. Sustainable Development and Environmental Ethics**. International Journal on Environmental Sciences**, v.10, p. 1-5, 2019.

WFP- **Global Report on Food Crises - (**GRFC 2022). Disponível em: https://www.wfp.org/publications/global-report-food-crises-2022. Acessado em: 21 julho 2022.

WIKIPEDIA. **Fome**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fome. Acessado em: 10 de julho de 2022.

Recebido em: 10/11/2022

Aprovado em: 15/12/2022

Publicado em: 26/12/2022